

Jóias de Memórias: Um Caleidoscópio de Vidas e Contextos no Polo Joalheiro de Belém Do Pará ¹

Rosângela Quintela

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois. (Walter Benjamin)

Resumo

O presente artigo trata de um trilhar pela história da Amazônia, em que apresento um registro da história e memória do Polo Joalheiro/São José Liberto, situado em Belém do Pará, de maneira entrelaçada com as trajetórias de alguns de seus protagonistas, a fim de esmiuçar um caleidoscópio de experiências do mundo do trabalho, num contexto de criação e produção de jóias artesanais. Neste sentido, sigo pelas veredas metodológicas e teóricas da micro história, história oral e história do presente. Usei, para tanto, fontes orais e escritas. O objetivo principal foi analisar os discursos e as práticas dos segmentos sociais, em sua multiplicidade, relacionados com o lócus da pesquisa. Desse modo, pude compreender o Polo Joalheiro como um patrimônio histórico, por ser um lugar de memórias e histórias repletas de significados de realizações pessoais e profissionais, no âmbito do criar e fazer jóias artesanais.

Palavras-chaves: mundo do trabalho, memórias, patrimônio histórico.

Abstract

This article deals with a journey through the history of the Amazon, in which I present a record of the history and memory of the Joalheiro / São José Liberto Pole, located in Belém do Pará, in a way intertwined with the trajectories of some of its protagonists, in order to scrutinize a kaleidoscope of experiences from the world of work, in a context of creation and production of handmade jewelry. In this sense, I follow the methodological and theoretical paths of micro history, oral history and the history of the present. For this, I used oral and written sources. The main objective was to analyze the discourses and practices of the social segments, in their multiplicity, related to the locus of the research. In this way, I was able to understand the Jewellery Pole as a place of memories and stories full of meanings of personal and professional achievements, in the scope of creating and making handmade jewelry.

Keywords: world of work, memories, historical heritage.

¹ Este artigo foi escrito com base no primeiro capítulo de minha tese de doutorado, defendida em setembro de 2016.

Introdução

Segundo Reis (2010), o desafio historiográfico é enfrentar as permanentes questões epistemológicas envolvidas com o ofício dos historiadores, entre tantas, estão as que se referem ao estudo do passado, em que ele coloca em evidência as implicações que estão ligadas a uma pesquisa histórica. Desse modo, lança, entre outros, os seguintes questionamentos: é possível fazer uma abordagem do passado de forma objetiva? Se for possível, quais os limites?

Ele adverte que não há consenso e nem respostas definitivas, mas necessárias reflexões, em que se deve assumir e informar os riscos de escolher caminhos teóricos e metodológicos. Nesse sentido afirma:

[...] O historiador não está condenado a registrar fatos, a constatá-los. Ele raciocina sobre eles, busca sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos. Afinal, pensar não é registrar, mas considerar caminhos possíveis, alternativas. [...] É preciso construir um juízo histórico, atribuir um sentido aos fatos. (REIS, 2020, p.26)

Desse modo, pondera sobre a capacidade da história de revelar as raízes temporais de tudo, as quais são tão caleidoscópicas quanto às dela e que mudam tão frequentemente quanto ela. Tal visão pode ser referência para qualquer realidade pesquisada e analisada, visto que, metaforicamente, sinaliza para a contingência desses procedimentos lógicos e contextuais, nos quais as circunstâncias da área de conhecimento, dos crivos feitos pelas vivências e experiências coletivas e individuais de todos os envolvidos na relação pesquisadora e pesquisados.

Outro *nó górdio* do desafio historiográfico é a abordagem da relação entre memória e história. Le Goff (1992) afirma que a memória, primeiramente, deve ser conceituada como um conjunto de funções neurológicas e psíquicas, capaz de fazer com que o ser humano retenha informações sobre tudo que faz parte de sua existência, construindo ou reconstruindo, desse modo, um passado distante ou recente.

Um dos aspectos problematizados da memória é seu eterno companheiro, o esquecimento, evidenciando, dessa maneira, um jogo dialético entre o ato de lembrar e de esquecer, jogo esse sempre presente nos processos de rememoração e nas lembranças de alguém. Sobre o esquecimento, Ricoeur (2007, p. 424.) tece a seguinte consideração:

[...] De fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história. [...] De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Sob esse aspecto,

a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. Heródoto ambicionava preservar do esquecimento a glória dos gregos e dos bárbaros. E nosso famoso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer. Porém, ao mesmo tempo e, no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria. Consideramo-la até mesmo monstruosa. [...] O esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória.

Para Ricouer (2007), a memória e a historiografia têm um mesmo objetivo: vencer o esquecimento. Nesse sentido, a reunião das duas, segundo ele, produz o “milagre do reconhecimento”. Assim, a memória é a ausência presentificada, enquanto o esquecimento é a ausência não presentificada. Por isso, a epistemologia da história está baseada em uma ontologia histórica: a condição humana é essencialmente histórica.

Aqui compartilho com o pensamento de Ricoeur (2007) e de Le Goff (1992), sobre o entendimento de que os silêncios, os esquecimentos são importantes nos estudos que envolvem memória individual e/ou coletiva, pois estes são reveladores de resistências a traumas ou mecanismos de manipulação da memória coletiva, em que hierarquias móveis que estabelecemos com o conhecimento, entre práticas, nomes e representações que consideramos importantes e são constantemente lembrados, eventualmente lembrados, ou simplesmente não mencionados. Ao mesmo tempo, lembrados para quem? Quem são os meus interlocutores? Em que contexto ou situação se acredita que algo deve ser rememorado, destacado, enunciado? Com que propósito, estratégia?

Outro dilema referente à manifestação da memória é a possibilidade de esta ser atravessada pelo silêncio, consciente ou inconsciente, referente a algum acontecimento, que pode ser motivado por precaução e medo das informações, das versões sobre os acontecimentos ocasionarem perseguições e conflitos por interesses pessoais, por tabus, como também por não querer se relembrar de experiências que causaram mal-estar. É importante que esse cenário seja levado em consideração nos estudos sobre memória.

Os autores em destaque chamam a atenção para as manipulações conscientes e inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual e para a ocorrência da memória coletiva expressar relações sociais, inclusive relações de poder.

Aqui é levada em consideração essa discussão sobre a imbricação entre o tempo histórico e o tempo da memória, em que me lanço no desafio de escrever a história ou as histórias do Polo Joalheiro do Pará e de pessoas que construíram suas trajetórias a partir dele, ou vivenciaram naquele espaço experiências importantes na construção de si e de sua

formação enquanto artesãs, compondo suas histórias de vida e a própria história do Polo, sempre revisitada a partir de suas experiências e memórias. A produção de joias em Belém, no Polo Joalheiro, como qualquer fenômeno histórico, em seu alcance sociocultural, político e econômico, está inclusa num cenário que vem se constituindo no tempo e no espaço, pela atuação de diversos segmentos sociais, vinculados a uma realidade macro e, ao mesmo tempo, a uma realidade micro, incluindo as trajetórias individuais, além dos grupos sociais.

Contextos da Composição do Polo Joalheiro de Belém do Pará

O Polo Joalheiro foi surgindo, impulsionado por um conjunto de fatores mundiais, institucionais, de reivindicações dos movimentos e organizações sociais, assim como da atuação de pessoas vinculadas ao mundo dos fazedores de joias. Entre tantos aspectos propulsores de sua criação estão as dificuldades e reivindicações dos ourives, também garimpeiros. Essas reivindicações ocorreram diante do auge da crise do garimpo na década de 1990, motivada pelas restrições ambientais para a ocupação da Amazônia, pois obrigaram o fechamento da maioria dos garimpos de ouro nos moldes de Serra Pelada, isto é, aqueles com garimpeiros autônomos.² Segundo Assis (2007):

A região sudeste do Pará esteve sempre ligada a grandes conflitos fundiários, seja em função de seu potencial natural de produtos florestais extrativos, produção mineral ou a agropecuária. A violência que os tem acompanhado tem sido característica marcante da região. Desde o seu processo inicial de povoamento por populações não indígenas se estabeleceu uma incessante disputa pelos seus diferentes recursos.

A atividade de garimpo, ou seja, a corrida pelo ouro, sempre está envolta em problemas sociais e ambientais, por ser realizada por meio da exploração dos recursos naturais do planeta que habitamos. Nesse caso, trata-se da garimpagem do minério de ouro. De acordo com as afirmações de Pignatti, (2005, p.119), “nos anos de 1980/1990 houve uma grande expansão dessa atividade na região Amazônica, devido principalmente ao elevado preço do ouro”.

Nesse cenário, surgiu a Companhia de Mineração do Pará – Pará Minérios –, como órgão estatal, para administrar os recursos minerais, por meio do Programa Especial de Mineração do Estado do Pará. Uma das ações iniciais foi a realização do curso de Artesanato Mineral do Pará, em setembro de 1991, em Belém. De acordo com Nunes (2013, p.15):

O curso foi promovido através de convênio de cooperação firmado entre a Escola Técnica Federal do Pará – ETEFPa e a Paraminérios. O convênio previa que a ETEFPa participaria cedendo espaços físicos para montagem do Laboratório de Artesanato Mineral e de Lapidação de Gemas (mineral conhecido como pedra preciosa), fornecimento de água, energia elétrica, telefone e manutenção das máquinas, em

² Documento digitalizado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo: **Geografia > Brasil > humana > População**, 2004. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge>. Acesso em 20.02.2016.

contrapartida, a Paraminérios forneceria as máquinas de artesanato e lapidação, os insumos e os instrutores.

O Programa Especial de Mineração do Estado do Pará vai ser somente oficializado com a promulgação da lei complementar nº 018, de 24 de janeiro de 1994.³ Segundo Borges (2009), [...] “Os projetos minerais exercem neste contexto um papel de influência sobre o perfil socioeconômico dos municípios da região”.

Entre as cidades envolvidas nesse perfil está Itaituba, que é uma cidade marcante na vida de alguns protagonistas desta pesquisa, pois trazem em suas trajetórias sociais e individuais a experiência da migração para a Amazônia Paraense.

Fato que pode ser verificado na pesquisa realizada, em 2004, pelo Instituto Acertar,⁴ contratado pelo Governo Estadual para traçar um perfil dos produtores de joias do Pará. Os dados indicaram que, dos 218 pesquisados, 29 eram de Itaituba, 26 de Parauapebas, 14 de Floresta do Araguaia e 14 de Marabá. Estas são cidades que estão vinculadas às áreas de garimpo.

Desse modo, quis evidenciar que a questão da exploração mineral e as experiências migratórias para os garimpos compuseram um contexto que possibilitou a abertura do polo joalheiro.

O Polo Joalheiro no Espaço São Jose Liberto, o lócus da pesquisa

O “lugar” da pesquisa, o Polo Joalheiro, no Espaço São José Liberto, é repertório de vivências que foram (e vêm) se transformando em múltiplas experiências de estranhamentos e familiaridades, de produção de significados e ressignificados coletivos e individuais, tornando-se assim um “lugar de memória”. Segundo Pierre Nora (1993, p. 12-13),

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Esse “lugar de memória” tem sua própria história. Em 15 de maio de 1697, falece o 13º Capitão-mor do Pará, Hilário de Souza de Azevedo, e deixa em testamento para os

³ Disponível em: <http://www.ambienteterra.com.br/paginas/legislacaoparaense/leisestaduais>. Acessado em 20/05/2015.

⁴ A Acertar é uma empresa com atuação na região Norte do Brasil voltada para a área de pesquisa e consultoria. Há mais de uma década em atividade, pautada dentro dos princípios éticos e profissionais, cumprindo com a sua missão de desenvolver soluções eficientes através de informações seguras, alinhadas com as necessidades das organizações governamentais e não governamentais, de empresas dos mais variados segmentos de atuação, partidos políticos e profissionais liberais. Segundo o seu site oficial: http://www.acertarcoop.com.br/o_instituto.asp.

frades Franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade, ordem fundada em Portugal, em 1500, entre outras terras, um terreno nos arredores de Belém, onde estava construída uma ermida⁵. Deixa dito que se deveria construir neste terreno uma enfermaria que atendesse aos doentes provenientes do sertão e que sua viúva, D. Marianna de Siqueira, deveria mantê-la. Em 1749, os missionários demoliram essa ermida e iniciaram a construção de um convento, denominando-o de São José. (COELHO, 2020)

Depois de abrigar uma olaria, quartel, depósito de pólvora, hospital, cadeia pública e presídio, em outubro de 2002, foi inaugurado o Espaço São José Liberto (ESJL), onde o Polo Joalheiro foi instalado, a fim de centralizar as suas ações de capacitação e comercialização.

Havia uma antiga reivindicação dos moradores dos arredores do presídio de retirada deste para outro local, pois viviam com medo das rebeliões e fugas dos internos. Em fevereiro de 2000, segundo a reportagem de O Liberal (11.02.2000), houve a transferência de 293 presos para o Presídio Estadual Metropolitano, no município de Marituba.

Em 2001, iniciaram as obras para a construção do Espaço São José Liberto (ESJL), coordenada pela Secretaria Executiva de Cultura (SECULT). O prédio então passa por uma intensa revitalização e foi inaugurado em 11 de outubro de 2002. O antes e o depois do prédio podem ser verificados por meio da figura 1.



Figura 1: O Antes e o depois da revitalização da ESJL
Fonte: Arquivo SECULT /Arquivo IGAMA.

⁵Uma pequena igreja ou capela, normalmente localizada fora das povoações ou em lugares isolados.

Portanto, nesse entrecruzamento entre Polo Joalheiro e o ESJL pode ser delineado um lócus contendo uma dimensão multifocal de memórias com potencialidade de composição de relações sociais e interpessoais, tornando-o assim um “lugar de memória de si e dos outros” (BRITTO, 2011 e SILVEIRA, 2009) , capaz de trazer para si diversas faces, já que é um complexo de realização de atividades voltadas, ao mesmo tempo, para o turismo, museologia, comercialização de produtos artesanais, eventos, design, produção e comercialização de joias.

Assim como é composto também por uma gama de práticas socioculturais, em que, consequentemente, o torna um “território criativo”, por denominação institucional, que ora se configura em consensos ora dissensos, em termos de significados de pertencimentos.

Ou seja, parto, primeiramente, da compreensão de Santos (2005), para considerar o ESJL como um território, já que para este autor o espaço não é apenas uma delimitação geográfica, mas um espaço ocupado, que precisa ser compreendido com relação àqueles que o habitam.

Por conseguinte, conceituo “território criativo” como uma abordagem de desenvolvimento que contemple aspectos das formações econômicas, sociais e simbólicas de um determinado espaço, com potencial para auxiliar o planejamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano, que integre: inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural (CLOSS, 2014).

Além disso, considero que o ESJL funciona como um lugar discursivo, em que as noções de espaço-tempo e memória se interpõem e criam uma zona de intercessão dialógica, tensional, criativa entre temas, questões e procedimentos.

Por outro prisma, considero o ESJL uma paisagem e, ao mesmo tempo, um patrimônio, por compartilhar da ideia de “paisagens” como zonas de interseção e intercâmbio de saberes e fazeres (BRITTO, 2011 e SILVEIRA, 2009) e de “lugar de memória” (NORA, 1993), por conseguinte, como um lócus privilegiado de produção e de ordenação de sentidos, vinculado ao jogo sutil de memórias, vivências e experiências, uma vez que toda paisagem implica a presença de uma dimensão sensível e emocional por parte do humano.

Entre essas vias e concepções, o ESJL adquiriu um formato ímpar na paisagem de Belém como patrimônio histórico (MIRANDA, 2006), antes e depois de sua criação. uma paisagem, um patrimônio histórico. Ou seja, um de lugar de “histórias dentro de histórias”, parafraseando Alberti (2011).

O ESJL, desde sua criação, é composto por seis lojas de comercialização, sendo que quatro dividem espaço com duas empresas por cada loja, uma é especializada em joias

antigas e outra é a loja piloto do Programa, denominada de Una, cujo objetivo é comercializar as joias artesanais daqueles participantes do programa que ainda não têm condições de ter empresas formalizadas ou que não pretendem se tornar empresários formalizados.

Entrelaçamentos de Trajetórias Individuais e Coletivas na História do Polo Joalheiro de Belém do Pará

Como Itaituba participou dessa história é o que demonstro daqui por diante. Torna-se uma cidade de referência por meio de várias trajetórias de vida que se cruzaram em seu solo, as quais trazem intrinsecamente as condições específicas das vivências dos protagonistas dessas trajetórias, configurando, assim, por meio de seus testemunhos orais, “uma multiplicidade de histórias dentro da história”, como argumenta Alberti (2011), que afirma que a história oral permite ampliar o leque de interpretações do passado, por tornar acessível um caminho para o estudo dos modos como pessoas e grupos vivenciaram e elaboraram suas experiências.

Alberti considera que a história oral é um caminho metodológico que possibilita conhecer e registrar múltiplas possibilidades de vivências e sentidos de grupos sociais, independentemente de suas estratificações sociais, como também reconhecer as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo contemporâneo globalizado.

A família Sales de ourives é uma protagonista desse enredo histórico, por, na época em destaque, final da década de 1990, alguns de seus membros morarem nessa cidade do ouro e terem uma renda gerada pela prática do ofício da ourivesaria, com a especialidade de fazer joias. Conta o ourives João Sales que, em 1997, foi passar as férias com a família em Itaituba, pois já morava em Belém, quando foi informado por seus irmãos, que ainda moravam lá, do movimento dos ourives para reivindicar do Governo Estadual mais apoio para o setor joalheiro. Participou das reuniões com os membros do Governo para organizar um Polo Joalheiro do Pará, que ia ser instalado em Itaituba, mas acabou sendo instalado em Belém. Assim começa sua história e de seus irmãos, Veridiano e Tiago, com o *lócus* da pesquisa.⁶

O pai deles, Pedro Sales, foi homenageado como um ourives de destaque, por conta de ser um transmissor do ofício para seus filhos, por meio de participação no vídeo oficial

⁶Entrevista concedida para a pesquisa em: 15 de março de 2013, em sua casa/oficina/loja.

que foi exibido durante a inauguração do espaço São Jose Liberto, em 2002, que passou a abrigar o Polo Joalheiro em destaque.

Segundo João Sales:

Aí a gente foi aprendendo naturalmente, ele sempre trabalhou próximo de casa ou dentro de casa, eu tenho uma foto de 1973... Essa foto é daqui da frente do mercado brilhante... Essa foto é dessa época, em 73 eu tinha uns 9 anos, eu tou lixando uma aliança pra ele, que era pela tarde, de ficava com ele pela oficina, brincava, perdia as ferramentas dele, ficava um irmão meu, um menor, olhando ele fazer, a gente sempre olhava eles fazendo as coisas, a gente morava em cima e ele trabalha em baixo, ficava um ou outro nós éramos muita gente, quando era um era outro, sempre tinha um ou outro lá com ele, enfim assim a gente foi aprendendo a fazer.⁷



Figura 2: Patriarca da Família Sales de Ourives

Fonte: Vídeo produzido pela Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção social/ Seteps do Estado do Pará e parcerias.

Segundo João Sales, seu pai, Pedro Sales, os levou para Itaituba em 1979:

“[...] eu tinha uns 16 anos, na época, meu irmão tinha 17 pra 18, olha a gente vai pra Itaituba, claro que era meio arriscado, ele tinha noção dos problemas que a gente podia enfrentar lá em Itaituba.”⁸

“[...] quando a gente entrou lá, o papai sempre estava aconselhando a gente: olha eu não quero saber de nenhuma confusão, na verdade a gente nunca foi, mas tinha uma preocupação maior por ser um lugar mais violento, então quando chegamos em Itaituba, logo quando a gente chegou lá, mataram oito pessoas numa noite, em uma festa de rodeio, aquilo fez com que a gente não saísse de casa, a gente tinha medo de andar na rua, quando dava o horário, tava todo mundo em casa.”⁹

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

Assim, em Itaituba, João Sales vivenciou sua fase etária juvenil e se casou com vinte e um anos com Etel, sua namorada de 17 anos, no ano de 1985. Em 1995, decidiu vir para Belém, por causa das dificuldades financeiras que estava enfrentando, ocasionadas pelo refluxo da febre do ouro e da decisão do Governo de Fernando Collor de Melo em confiscar o dinheiro da poupança, fazendo com que os garimpeiros não tivessem mais como investir na extração de ouro, o que escasseou a matéria prima em Itaituba, afetando diretamente os ourives.¹⁰

João Sales relata:

*[...] de 91 a 95, tava todo mundo quebrado...não tinha serviço...decidi vim pra Belém...vim primeiro só...passei aqui um sufoco danado...passei três meses aqui e voltei...peguei um gado e troquei numa oficina, que não tinha mais...tinha vendido. Ai eu vim com a oficina pra cá, com um mês aqui a Etel veio.*¹¹

Relendo Bosi (1987, p. 49), deparei-me com suas considerações sobre aqueles que narram sua história de vida:

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principais pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas [...] A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana. [...] O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador.

Ao reler esse trecho, veio a imagem do mestre ourives João Sales narrando sua trajetória de vida e de sua família com orgulho e emoção, na destacada participação no início da implantação do referido Polo Joalheiro. Este fato proporcionou que a produção familiar ocorresse novamente em Belém, pois eles montaram de novo uma oficina da família para produzir joias juntos. Como ficou registrado na imagem a seguir



Figura 3: A família Sales fazendo joias

Fonte: Vídeo produzido pela Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção social/ Seteps do Estado do Pará e parcerias. Estão na foto Thiago Sales, Pedro Sales e João Sales.

¹⁰Idem.

¹¹Idem.

Contudo, pontuo a necessidade de se fazer as devidas ponderações a essa atmosfera destacada por Bosi, por levar em conta as considerações de Hall (1992) sobre a história oral como uma metodologia de pesquisa, que emergiu com força nos meios acadêmicos na década de 1970, associada às posturas políticas que acreditavam fazer uma contra história, como se fosse um meio pronto em si mesmo para se conseguir alcançar tal propósito. Ele avalia esse momento como “os riscos da inocência”.

Reconhece que houve amadurecimento metodológico de superação desta concepção nos anos de 1990, época desta sua declaração, em que há o reconhecimento sobre a história oral de não ser uma história espontânea e uma experiência vivida sem condicionamentos ideológicos, temporais, espaciais e socioculturais. Mas ainda problematiza o fato de:

[...] ignorar o fato de que a memória é sempre uma reelaboração, socialmente determinada, e que a história oral corre o risco de fazer um uso extremamente inocente dos relatos por ela produzidos. Seria lamentável perder de vista certas características mais úteis da História como disciplina: sua sensibilidade para as múltiplas determinações, suas preocupações com a contextualização e com as mudanças no decorrer do tempo. Afinal, os historiadores devem ser – embora nem sempre sejam – os últimos a tratar tudo como contemporâneo, simplesmente porque, com a história oral participamos diretamente na produção de alguns dos nossos próprios documentos. (HALL, 1992, p.160)

A tentativa de ir além dessa inocência posta por Hall é uma pretensão aqui, sem deixar de também considerar a possibilidade de demonstrar que, segundo Bosi, o tempo da memória somente se concretiza quando os indivíduos encontram resistência em um espaço que habitou com a existência sofrida do trabalho.

Nesse sentido, percebo que viver e ver se confundem nas lembranças de cada um, pois o tempo de lembrar aqui por meio da narração revela a imbricação com a memória do trabalho, do sentido e prática de ofícios, trazendo por isso uma atmosfera épica, a qual foi fundada em Walter Benjamin (1985, p.226), demonstrada na seguinte afirmação: “O narrador conta o que ele extraiu da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiências daqueles que ouvem a sua história”. Para Benjamin, a distinção entre narrador e o romancista é que este último se isolou de si mesmo.

Com tal argumentação, Benjamin questiona: como interpretar o passado? Responde que seja possível apenas por meio de rastros, em que aponta para uma presença e ausência de algo, pois argumenta na perspectiva de que é impossível narrar o passado tal como ocorreu. Seguindo essa orientação, chego à conclusão de que o historiador deve buscar os rastros, os vestígios para elaborar, de modo reflexivo, uma interpretação, sempre fragmentada, de um acontecimento do passado. (SEDLMAYER 2012).

A Participação dos Ourives na Implantação do Polo Joalheiro

Veridiano Sales estava envolvido com o movimento dos ourives em Itaituba. A reportagem do jornal O Liberal, de 2 de fevereiro de 2000, noticia, por meio de seu depoimento, que a Cooperativa dos Joalheiros de Itaituba (Cooperjan) foi criada oficialmente em novembro do ano de 1999, com a finalidade de conseguir crédito bancário para a categoria, tendo assumido a presidência. A criação da cooperativa foi também em função da necessidade de uma organização jurídica para receber verbas públicas do Governo, já que, em 1998, começaram os contatos entre o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal de Itaituba e o movimento reivindicatório dos garimpeiros, em conjunto com os que faziam joias, em torno da implantação do Polo Joalheiro do Pará.



Figura 4: Reportagem sobre a Cooperativa de Joalheiros de Itaituba
Fonte: O Jornal O Liberal, 27 de fevereiro de 2002.

Uma reportagem do jornal A Província do Pará, em 3 de setembro de 1999, dá destaque à implantação do Polo Joalheiro no Pará. Informava ainda que o projeto estava há um ano e quatro meses em andamento e sua realização ocorreria em Itaituba, Marabá e Belém, cujo objetivo principal era “verticalizar a produção mineral do Estado, produzindo joias com padrão de comercialização internacional”.



Figura 5: A Implantação do Polo Joalheiro do Pará
Fonte: Jornal A Província do Pará, em 3 de setembro de 1999.

Considerando a aplicação da análise do discurso, mais uma vez, as reportagens demonstram que o Governo estava se esforçando para responder às reivindicações dos produtores de joias e o depoimento de Veridiano Sales, na referida reportagem, manifesta um sentido de concordância ao que o Governo Estadual estava fazendo.

Contudo, com já foi demonstrado anteriormente, na década de 1990, as regiões de garimpo sofrem uma intensa crise, o que gera muitas consequências socioculturais, sendo a falta de emprego formal ou de outras fontes de renda, algumas das mais significativas. Os joalheiros de Itaituba são atingidos por tudo isso.¹²

Isso tudo fomentou a ocorrência de reuniões, em 1997, entre instituições e joalheiros, para a criação de uma rede de parcerias, a fim de gerar uma ação integrada, que foi materializada na elaboração do Programa de Desenvolvimento do Setor de Gemas e Joias do Pará, recebendo o codinome de Polo Joalheiro.

Nesse contexto de entrelaçamentos de vivências e concepções, pelo lado dos produtores de joias de Itaituba, os quais se intitulavam joalheiros, houve desconfianças sobre essas práticas institucionais. Sobre isso, Veridiano Sales diz que produtores de Itaituba não acreditavam que fosse um programa sério. “Para irem às reuniões, eu ia de casa em casa, na minha bicicleta, para chamar, já que eles confiavam em mim [...]”.¹³

¹² Ibidem.

¹³ Idem, p. 214-215.

Essas atitudes de desconfiança e resistência foram relatadas por outros participantes do processo de criação do referido Programa. Segundo João Sales: “[...] chamar as pessoas para as reuniões, sensibilizar para participar, ir, parece que é fácil, mas não é. O pessoal fala: o que vou fazer lá? Não bicho! Tem isso, tem aquilo, até que a pessoa se interessa pelo o assunto e vai. Se a pessoa convidar logo, a pessoa não vai logo [...]”.¹⁴

Encontrei outro motivo para essa desconfiança no relato do ourives Paulo Tavares¹⁵. Ele afirma que, antes da criação do Programa, os ourives eram perseguidos pelas autoridades policiais:¹⁶

[...] a gente trabalhava sob pressão. Pra funcionar aqui o ourives pagava uma taxa, na verdade foi confundido o ourives com comprador de ouro, a polícia fechou o cerco, era tratado como receptor. Foi que houve a separação, esse aqui é ourives, esse aqui é comprador de ouro [...] ouro roubado. Era muito compra de ouro. Belém chegou...era a febre do ouro, então era difícil saber quem era ourives, quem era comprador de ouro, porque o próprio comprador de joias colocava a placa lá: conserta-se joia, fabrica-se joia, porque a própria pessoa que levava o ouro, também mandava fazer joia, então confundia quem era o ourives, quem era o comprador de ouro. A partir da hora que tu passava a lidar com joia, tu pagava uma taxa por semana...pra delegacia no comércio...tu tinhas que pagar aquela taxa...direto pra delegacia...eu acho que era até ilegal, mas os investigadores iam lá toda semana (na oficina de joia receber)...não era para o Estado...era direto pra delegacia....¹⁷

Nesse depoimento, fica evidente que os ourives, de modo geral, atuavam num contexto em que o lícito e ilícito se misturavam. Consequentemente, a polícia via com muita desconfiança o ofício de ourives, a ponto de não diferenciar quem era de fato o fabricante de joias e os receptadores de ouro e joias roubados. Essa vivência dos ourives entre o lícito e o ilícito carrega consigo uma tradição. Segundo Gola (2008), um caráter clandestino foi atribuído ao ofício de ourives desde o Brasil Colônia, o qual reflete até os dias atuais na dificuldade de identificação desses artesãos e de suas oficinas (ou de seus ateliês) em todo Brasil.

Segundo afirmação de Paulo Tavares, com a criação do Programa Polo Joalheiro, isso ficou para trás, pois o ourives participante do programa passou a ser respeitado e legalizou seu ofício, principalmente como aquele que fabrica joia e/ou como micro empresário. Paulo Tavares relata sua versão sobre a implantação do referido programa:¹⁸

¹⁴ Entrevista concedida para a pesquisa em: 15 de março de 2013, em sua casa/oficina/loja.

¹⁵ Ourives que participou desde o início da implantação do Programa em destaque, em Belém.

¹⁶ Informo que sempre será aplicada a análise de discurso nos depoimentos orais e impressos, assim como em todas as outras fontes, sem mais identificá-la.

¹⁷ Entrevista realizada em 15 de fevereiro 2012, na casa/oficina do entrevistado.

¹⁸ Segunda sessão de entrevista com Paulo Tavares em 12/12/2012, em sua casa,/oficina.

A gente tava com a associação formada aqui em Belém, na verdade tava informal, formando um corpo de uma associação, ela tinha diretoria, então que aconteceu o contato com a Pará Minério. Foi como surgiu o programa, porque que aconteceu que a doutora Socorro Gabriel foi para Itaituba e conheceu a família Sales. Até porque a gente nem se conhecia, João Sales morava na Marambaia, vindo de Itaituba [...] O Veridiano ficou em Itaituba. A doutora Socorro Gabriel chegou em Itaituba, e ele encontrou ela falando dos problemas dos ourives, era uma reunião que ela ia fazer lá. Ele chegou e falou pra ela, que ela precisava olhar para o trabalho dos ourives, e ela se interessou por isso e visitou as oficinas, quando ela chegou aqui em Belém, ela passou isso para o Almir Gabriel, aí foi que ele mandou conhecer o movimento aqui. Almir Gabriel mandou para o presidente da associação da AJEPA uma carta convidando a gente para participar de uma reunião pra formação de um programa, chamado polo joalheiro, aí a gente foi pra lá.

Nessa mesma entrevista, Paulo Tavares informou sobre quais ourives de Belém participaram desse processo de implantação do Polo Joalheiro e sobre a formação da Ajepa, em que fica ressaltada a participação de diversas famílias de ourives, inclusive a dele própria:

O Marcelo, o Hamilton, já falecido e o Mauricio, pessoas que eu tava sempre junto. A diretoria foi formada por, eu, Paulo Tavares, Josué Calado, Antônio Tavares, João Tavares, que são os meus irmãos. O Marcelo, Mauricio, irmão do Marcelo e Hamilton, irmão do Marcelo. Os irmãos do Marcelo fundaram, mas saíram. O Luís Sergio e nós formamos a associação.

Todavia, afirma que ideia inicial para a formação da Associação veio de um técnico da Pará Minério:

Mas foi o Nivaldo que não era ourives, é gemólogo, foi ele que começou a mexer com esse tipo de coisa. Ele era da Pará Minério. O Nivaldo, filho do dono da sociedade São Brás. Ele foi o principal responsável pelo início de tudo. Então esses foram os fundadores do programa, nos montamos uma associação que não chegou a ser legalizada, chamada de Ajepa, também foi presidente o Josué. Era a Associação dos Joalheiros do Estado do Pará... Ai era o Josué Calado o presidente, Marcelo era o secretário, eu era o tesoureiro, cada um tinha uma função dentro da associação, nos montamos uma espécie de diretoria,

Relatou também como iniciou as tentativas de interação entre a Associação dos Joalheiros de Itaituba e a de Belém.

[...] foi assim que iniciou nossa conversa com Veridiano, lá em Itaituba, assim foi surgindo o programa. Foram várias reuniões. Foi aí que a gente veio a conhecer a família Sales, já moravam uma parte aqui em Belém, quer dizer conhecer assim, João Sales, Tiago Sales... E o Veridiano. Só que o Veridiano trabalhava em Itaituba, quando iniciou o programa, então em Itaituba montaram logo a cooperativa, na qual o Veridiano era o presidente. Ai veio a proposta da gente montar uma cooperativa em Belém. Entrou o João Sales aqui e o Veridiano continuou em Itaituba. Entrou também Tiago Sales, o Claudionor, que tem uma família de ourives também lá em Marambaia, que abandonaram o programa depois. E a

gente, a família Tavares. Nós tivemos uma reunião com o Governador, e ele prometeu o programa Polo Joalheiro, mas teria que ser formada a cooperativa.

Nesses termos, o relato de Paulo Tavares acima deixa margem para se compreender que as duas associações em destaque se tornaram legais também em função da implantação do Programa e não somente pela iniciativa dos próprios produtores de joias. Houve, portanto, uma cobrança por parte do poder estatal para isso ocorrer.

Mas, por outro lado, havia a necessidade dos próprios ourives se organizarem, pois segundo ainda Paulo Tavares:

[...] a gente trabalhava aqui sobre pressão, para um ourives funcionar aqui, pagava uma taxa para a polícia. Foi confundido o ourives com o comprador de ouro, então a polícia fechou o circo... Todo ourives na verdade era tratado como receptor, foi que houve a separação, esse aqui é o comprador de ouro e esse aqui é o ourives, muitos não bem poucos compradores de ouro, que deixaram de ser compradores de ouro e viraram ourives, é o caso de...quem não era ourives, ele comprava ouro e ele abandonou a parte de compra de ouro, pra entrar no programa como ourives.

João Sales narrou adiante sobre a criação da Associação em Itaituba, entrelaçando esse fato com a própria implantação do Polo Joalheiro:¹⁹

Em julho de 97... o que aconteceu, nos colocamos uns 30 ou 34 ourives em uma reunião, que era uma coisa absurda, que ninguém conseguia juntar nem 5 e nem 6, era um sacrifício juntar meia dúzia de ourives em uma reunião, mas nós conseguimos colocar 30 e pouco ourives, inclusive foi o pessoal do Rio do Ouro que não ia para a reunião, e outras pessoas também, aí foi o começo do polo joalheiro, o polo joalheiro em Itaituba, qual foi a discussão que houve, as ideias né, cada um foi colocando as dificuldades, e depois das dificuldade, a questão do garimpo que tinha diminuído do ouro, essas questão locais e a gente começou a discutir no que fazer pra melhorar, entre o que fazer pra melhorar ficou da gente fazer uma escola de joalheria em Itaituba, pra melhorar a qualidade das joias para atender os mercados de Manaus, Santarém, Belém, como era a ideia inicial.

Discutiram nessa reunião com os técnicos do governo sobre como melhorar a qualidade da produção de joias. Segundo João Sales:²⁰

[...] nessa reunião nós discutimos a qualidade das joias, pra melhorar a qualidade de joias em Itaituba, por que lá nos fazíamos joias mais grossas, o pessoal daqui de Belém usa mais finas, com menos ouro, mais fina em tudo, no acabamento como também na quantidade de ouro, e a gente sempre se enquadrava nesse padrão de tá fazendo joias pra pessoas que são assalariadas, vamos dizer assim... Lá o cara era garimpeiro ele chegava com 10 com 20 e 50 gramas, quer dizer a joia lá era essa, e pra cá já era outro tipo de joias [...]

¹⁹Entrevista concedida para a pesquisa em: 15 de março de 2013, em sua casa/oficina/loja.

²⁰Idem.

Assim, as ações foram ocorrendo em meio a diversidades de sentidos, de interesse e intencionalidade. Os ourives não aceitavam mudar os seus jeitos de fazer joia, e, por isso, entraram em conflito com as orientações dos técnicos institucionais, que não aceitavam a prática dos ourives de copiar joias de revistas do setor joalheiro, conforme foi constatado na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Gemas e Metais (IBGM) em que os dados indicam que, em 85 ourivesarias e 18 joalherias dos três municípios, Belém, Itaituba e Marabá, totalizando 92,7% da amostra pesquisada, a atitude comum era a cópia e não criação própria de joias. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEMAS E METAIS PRECIOSOS, 2012)

Essa resistência dos joalheiros à solicitação de não mais copiar, mas sim criar uma joia com a identidade do Pará, a partir de uma visão institucional, foi verbalizada por Veridiano Sales: “[...] Foi difícil convencer as pessoas que já faziam joias durante anos de que precisavam mudar seu jeito de trabalhar”.

Tal resistência foi um impasse para o desenvolvimento do Polo Joalheiro, pois as esferas estatais e suas parcerias institucionais estabeleceram como principal diretriz do programa a criação de joias com cara do Pará, e, portanto, inibir a atitude dos ourives de copiar joias. Além de estabelecer um padrão de qualidade compatível com as exigências do mercado.

O ourives Paulo Tavares também comenta sobre essa atitude de mudar o modo de fazer joias:²¹

[...] (Antes do Programa) Era trabalho de encomenda, a pessoa gostava, encomendava, mas pedia para dizer que era de fora (e vendia como joia da Itália), que era de fora tinha valor e as daqui não. Um ponto positivo do Programa que valorizou o trabalho...pois só tinha valor o que era de fora (a joia da Itália e antiga), .aí passaram a encomendar e comprar...já tinha valor” (a joia do Polo joalheiro) [...]

Como já foi dito antes por vários interlocutores da pesquisa, tais propostas institucionais não agradaram a todos os produtores de joias envolvidos no processo de implantação em destaque.

Vários desdobramentos foram emergindo desse conflito. Muitos produtores resistiram a essa proposta de inovação e qualificação a ponto de optarem por desistirem de fazer parte do Polo Joalheiro. Outros perceberem tais propostas como uma oportunidade de “ouro” para promover uma metamorfose em suas vidas, no sentido de buscar novas

²¹Entrevista gravada, concedida em 12/12/2012, em sua casa/oficina.

possibilidades de gerar uma renda melhor para sua sobrevivência e novas realizações profissionais e pessoais, para si e para seus familiares.

Considerações Finais

Como resultado direto da pesquisa histórica aqui exposta pode se verificar a compreensão do Polo Joalheiro como um lugar de memórias repletas de significados existenciais, manifestos nas múltiplas experiências de sucesso de realizações pessoais, profissionais e comerciais, no âmbito do criar e fazer joias artesanais. Apesar disso, não se dá de forma unânime e nem sem obstáculos ou decepções. Nesses termos, espero que a leitura do artigo possa servir para incentivar o aumento de pessoas no querer explorar esse mundo das joias de artesanato, e adentrá-lo, promovendo, dessa maneira, uma conquista definitiva, a ponto de torná-las defensoras desse mundo do trabalho.

O processo de implantação do Polo Joalheiro foi acontecendo de forma multifacetada em arranjos e desarranjos coletivos e individuais, institucional ou não, de modo sempre dinâmico, entre rompimentos e elos, que, por esse aspecto, denominei tal processo de constituição caleidoscópica.

Nesse percurso, uns ficaram outros saíram, outros retornam e outros não. É nessa dinâmica, que o Programa/Projeto/Polo Joalheiro vai sobrevivendo com alguns “arranhões”, mas com vitalidade, até agora, de fazer o presente e percorrer um devir.

Como patrimônio histórico o Espaço São José Liberto possibilita a preservação da memória coletiva e individual de um mundo do trabalho, pouco visibilizado, que envolve o fazer e criar joias artesanais que traduzem nossas manifestações culturais e assim agrega valores de identidades amazônicas. que está diretamente ligada a preservação do patrimônio histórico.

Assim, acredito que esse registro acadêmico contribuiu para o desenvolvimento de novos olhares no âmbito da história da Amazônia, por possibilitar que os ourives contassem suas versões, por meio da valorização de suas memórias. Desse modo, se tornaram protagonistas e não objetos da pesquisa. Tudo isso colaborou para a preservação de memórias coletivas e para um não esquecimento de sentidos de vida e de realização de si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: contexto, 2011.

ASSIS, William Santos de. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. Tese de doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. (Introdução).

BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito de História. In: _____. **Obras Escolhidas**, v. I, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORGES, Fabrini Quadros. **Análise dos Impactos Socioeconômicos dos Royalties Minerais do Projeto Carajás no Município de Parauapebas no Estado do Pará**. Clube de autores, editora virtual, 2009.

BOSI, Écléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRITTO, Rosangela. **Paisagens de Si e dos Outros**: Museu da UFPA enquanto Paisagens Ressignificadas. Disponível em: www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/cpcr/rosangela_britto.pdf.

CLOSS, Lisiane Quadrado (et.al.). **Das Cidades aos Territórios Criativos**: um Debate a Partir das Contribuições de Milton Santos. XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad). Disponível em http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB2151.pdf. Acessado em 14.01.2015.

COELHO, Watrin Alan (Coord.). **São José Liberto, Joias e Artesanatos do Pará**: pesquisa histórica do Presídio São José. Belém, 2002. (arquivo da Secult)

GOLA, Eliana. **A Joia**: história e design. São Paulo: Editora Senac, 2008.

HALL, Michael. História Oral: os riscos da inocência In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRIA DE SÃO PAULO. **Direito à Memória**. São Paulo: DPH, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEMAS E METAIS PRECIOSOS (Ibmg). Disponível em: < <http://www.ibmg.com.br> >. Acessado em: 10/07/2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n.10, 28, dez., 1993.

PIGNATTI, Marta. A Questão do Garimpo. In: _____. **As ONGs e a Política ambiental nos anos 90**: um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume/Selo Universitário, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas. Editora da UNICAMP, 2007.

REIS, José Carlos Reis. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (org.). Apresentação: A Fala do Indizível. In: _____. Walter Benjamin. **Rastro, Aura e História**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SILVEIRA, Flávio Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: _____. CANCELA, Cristina Donza (Org.). **Paisagem e Cultura**: Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009.

SOBRE A AUTORA

Doutora em História da Amazônia, pelo Programa de Pós-Graduação de História (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora substituta da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no período de 2018-2020. Professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). E-mail: rosangelapara@yahoo.com.br

Recebido: 25/12/2018

Aprovado: 20/02/2019